

HOSPITAL GERAL DO RIO DE JANEIRO

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 65344.004224/2026-92

2. Descrição da necessidade

A necessidade de aquisição de material de consumo, Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME, para a Clínica de Cirurgia Geral que visa dar subsídio a realização de cirurgias deste em clientes atendidos nesta OMS, suprimindo as necessidades do Hospital Geral do Rio de Janeiro - HGeRJ, por meio de registro de preços, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório. A compra evitará encaminhamento para realização de procedimentos fora do HGeRJ e atenderá a demanda cirúrgica que existe nesta clínica.

O processo licitatório ocorrerá conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório. A compra do material atenderá a demanda cirúrgica que existe nesta clínica e evitará encaminhamento para realização de procedimentos fora do HGeRJ que geram altos custos para a Administração.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

A abertura do atual processo tem por finalidade propiciar a condição necessária para a realização de procedimentos cirúrgicos deste hospital.

Trata-se de materiais de Órtese, Prótese e Materiais Especiais – OPME a serem utilizados nos procedimentos realizados no Centro Cirúrgico do HGeRJ. Esta aquisição ocupa um papel importante dentro do sistema de compras no HGeRJ, uma vez que se tratam de insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos seus usuários. Os objetos de que tratam este estudo, tem sua importância como material de apoio médico-hospitalar em procedimentos cirúrgicos aos usuários, por se tratar de materiais imprescindíveis a serem empregados no tratamento de pessoas, além da necessidade de disponibilização para empenho deste hospital. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos clientes, cujo tratamento necessitam dos materiais ora licitados.

A aquisição de OPME de alta qualidade permitirá aos hospitais oferecer um atendimento mais eficaz e seguro aos pacientes, otimizando os resultados dos procedimentos e promovendo a recuperação mais rápida.

A possibilidade de compra para essa Organização Militar (OM) possibilitará a obtenção de melhores preços e economia de escala, reduzindo os custos com OPME no longo prazo.

A disponibilidade de pregão próprio de OPME reduzirá o tempo de espera dos pacientes por procedimentos, otimizando o fluxo de atendimento no HGeRJ.

A qualidade do atendimento e a rapidez no acesso aos procedimentos resultarão em maior satisfação dos pacientes, elevando o nível de confiança na OM.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro Cirúrgico	EMERSON DOS SANTAS SANT'ANNA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

Quantitativo mínimo a ser solicitado para cada item: 1 (uma) unidade de cada item;

Prazo e condições de entrega do material – 10 (DEZ) dias úteis;

Subcontratação – não será admitida a subcontratação;

Local para entrega: os materiais deverão ser entregues no Hospital Geral do Rio de Janeiro, localizado na Avenida Duque de Caxias, 1551, Deodoro, Vila Militar, CEP: 21.615-220, Rio de Janeiro/RJ.

Horário para entrega: das 07:30h às 12:00h e das 13:00h às 14:30h de segunda à quinta, e das 07:30h às 11:30h às sextas-feiras.

Do Modelo de Fornecimento (Regime de Consumo via Empenho Estimativo) Considerando a imprevisibilidade da extensão da patologia intraoperatória (ex: o número exato de parafusos necessários para estabilizar uma fratura complexa ou a quantidade de cimento numa vertebroplastia muitas vezes só é definido durante a cirurgia), adota-se o modelo de fornecimento por . Neste modelo, a contratação visa ao atendimento de procedimentos consumo sob demanda cirúrgicos específicos (por paciente), obedecendo ao seguinte fluxo operacional:

Solicitação: A demanda será iniciada pela equipe médica, que solicitará ao Depósito de Material Cirúrgico (DMC) o rol de materiais necessários para o procedimento (grade completa de parafusos, cages, hastes e enxertos prováveis).

Empenho Estimativo: A Administração emitirá uma Nota de Empenho do tipo Estimativo, contemplando o quantitativo total solicitado pela equipe médica para garantir a margem de segurança do procedimento.

Entrega Integral (Disponibilização): A Contratada deverá realizar a entrega física de todos os itens constantes na Nota de Empenho Estimativo no HGeRJ, acompanhados de Nota Fiscal de "Simples Remessa" (Consignação), garantindo que todo o material esteja disponível na sala cirúrgica.

DA GARANTIA DO PRODUTO

A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional.

Os produtos deverão ter a garantia de 90 (noventa) dias conforme art. 26, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) ou a garantia do fabricante, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior, sem custo à Administração.

DA VALIDADE DO PRODUTO

Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação.

Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses, validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses materiais, o hospital poderá em extrema excepcionalidade admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos produtos no período de validade.

DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO

A opção pelo comodato possibilita ao HGeRJ, sem custo adicional, a possibilidade de ter a sua disposição equipamentos sempre atualizados, com a manutenção e suporte técnico garantido pelo fornecedor, uma vez que, em se tratando de equipamentos de aplicação médica, a atualização é constante.

O regime de comodato seguirá os parâmetros legais, previstos nos artigos 579 a 585 do Código Civil Brasileiro.

A saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato não deve gerar Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Súmula 573 do Supremo Tribunal Federal (STF).

O regime de comodato amplia o acesso a equipamentos médicos específicos de última geração, sem custos adicionais, cujo custo de aquisição é por vezes impeditivo, racionalizando recursos. A contrapartida é que os produtos vencedores do certame devem ser compatíveis com as tecnologias em comodato. O comodato garante a um suporte permanente, possibilidade de troca dos equipamentos nos casos de necessidade de calibração ou manutenção.

Com o regime de comodato é possível economizar o valor que seria investido no aluguel de equipamentos médicos, evitando a despesa mensal, e ainda, custos de manutenção corretiva e preventiva para manter o bom funcionamento dos aparelhos.

O equipamentos fornecido em comodato deve ser registrados na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A empresa deverá fornecer todo o suporte para a realização do procedimento cirúrgico e implante dos materiais comprados.

Não há como descrever, neste momento, a quantidade, modelo, versão e demais características do equipamento em comodato, que serão aplicados no item 12. A empresa vencedora do certame trará o equipamento em comodato que é compatível com o material a ser utilizado no procedimento cirúrgico.

DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA

Não se aplica.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, quantidade e prazo de garantia ou validade;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber;
- Os objetos, quando couber, deverão estar acompanhados dos manuais do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- A Contratada vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.
- A licitante deverá apresentar catálogo ilustrativo e técnico, preferencialmente com imagens em três vistas dos produtos para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência. Neste catálogo deve constar o modelo/código do produto ofertado.
- Os produtos ofertados pelos licitantes devem ter garantia de fábrica pelo prazo mínimo informado pelo fabricante.

DA SUSTENTABILIDADE

Conforme prescreve o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 2012, os órgãos da administração pública federal devem elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS e este servirá de base para a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares.

A presente contratação observará o Plano de Gestão de Logística Sustentável da B Adm Cmpl Sau RJ.

O art. 2º do Decreto nº 7.746/2012, com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017, estabelece que na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de Mercado

Conforme entendimento da Consultoria Jurídica, este levantamento de mercado não se restringe à coleta de preços, mas se configura como um meio de buscar e comparar as diferentes soluções disponíveis para atender à demanda do Serviço de Cirurgia do HGeRJ.

Nesta análise, foram prospectadas as seguintes alternativas:

Análise de Soluções Existentes (IRP e Adesão)

Inicialmente, buscou-se no âmbito da Administração Pública por soluções já estruturadas que pudessem atender à necessidade do HGeRJ.

- **Intenção de Registro de Preços (IRP):** Foi realizada consulta ao sistema, não sendo identificada nenhuma IRP aberta por outro órgão que contemple, com a devida especificidade técnica, os itens de OPME demandados.
- **Adesão a Atas Vigentes ("Carona"):** Também foi realizada prospecção por Atas de Registro de Preços vigentes de outros hospitais (civis e militares). Não foram localizados instrumentos passíveis de adesão que apresentem total compatibilidade com as especificações técnicas, a logística de entrega (prazo exíguo de 6h a 48h para traumas) e a volumetria exigidas pelo HGeRJ.

A hipótese de contratação direta por dispensa de licitação (fundamentada no valor) foi analisada e descartada.

O valor estimado da contratação (detalhado na seção "Estimativa do Valor" deste ETP), que visa suprir a demanda por 12 meses, é substancialmente superior aos limites financeiros estabelecidos no Art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, tornando esta solução legalmente inviável.

Esgotadas as alternativas de aproveitamento de certames alheios e de contratação direta, a solução que se impõe é a realização de um procedimento licitatório próprio.

A modalidade mais adequada para esta aquisição é o Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta escolha se justifica pois:

- **Natureza do Objeto:** Embora tecnicamente complexos, os materiais (OPME de Cirurgia) são de natureza comum, pois podem ser objetivamente descritos e especificados no Termo de Referência (por normas técnicas e padrões de mercado), sem indicação de marca.
- **Competitividade:** A forma eletrônica permite a mais ampla disputa entre fornecedores de todo o território nacional.
- **Eficiência:** O SRP é o modelo que melhor se adapta à demanda do HGeRJ, permitindo aquisições sob demanda (pagamento por consumo) utilizando-se da Nota de Empenho como elemento substitutivo ao contrato.
- **Conclusão:** Portanto, este levantamento de mercado conclui que a solução mais eficiente, econômica e legalmente adequada é a condução de Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

Já em relação ao COMODATO, cresce de importância tecer as análises que indiquem a vantajosidade da utilização deste modelo em detrimento da locação ou aquisição patrimonial. Dessa forma, realiza-se a análise abaixo:

Item/Equipamento Necessário	Nome do Equipamento	Justificativa para o Modelo de COMODATO (em detrimento da Compra/Locação)
Item 12	Fragmentador tecidual para laparoscópico, tipo morcelador	Compreende material descartável relacionado ao Item 12 - Fragmentador tecidual para laparoscópico, tipo morcelador - a utilização de energia, logo, necessitará de fornecimento em regime de comodato do respectivo gerador. A licitante vencedora do certame deverá fornecer o referido gerador na mesma data de vigência desta ata de registro de preços oriunda do certame gerador, ou enquanto permanecerem em estoque no HGeRJ os produtos adquiridos para uso no equipamento.

Dessa forma, fica evidente que, além da economicidade, a utilização de modalidade comodato para haver os equipamentos em plenas condições de uso é a mais apropriada no caso em tela, transferindo os custos de manutenção, calibração e atualização tecnológica para a iniciativa privada.

Ressalta-se que a pesquisa de preços que fundamenta este processo foi realizada com base em orçamentos e contratações públicas extraídas do Painel de Preços (Compras.gov), cujos descritivos fazem menção estrita ao fornecimento do item de consumo (OPME).

Ao adotar a mediana desses valores como Preço Máximo Aceitável, a Administração limita o valor da contratação à modalidade de fornecimento, utilizando como teto o preço de mercado do insumo isolado. Desta forma, a exigência editalícia para que a licitante vencedora disponibilize os equipamentos em regime de comodato, sem qualquer acréscimo a este valor de referência, configura inequívoca vantagem econômica para a União.

6. Descrição da solução como um todo

INTRODUÇÃO

Norteadas pelos princípios da eficiência e competitividade, esta Equipe de Planejamento buscou, através da especificação dos itens, atender às características vitais do objeto, sem as quais não poderá ser atendida a necessidade da Administração, evitando-se, por outro lado, a inserção de detalhes demasiadamente pormenorizados e considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

Para a presente demanda, esta Equipe de Planejamento segue o Planejamento de Contratação Anual, não realizando juízo do planejado e aprovado em 5 fases pelo Escalão Superior, sendo fixado como a melhor solução a aquisição dos materiais, objeto do presente estudo. Além disso, para a presente demanda, esta Equipe de Planejamento concluiu que a melhor solução é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento "menor preço", uma vez que os bens a serem adquiridos podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Lei 14.133, Art. 6º, XIII e XLI). Outrossim, a contratação adotará o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 83 da Lei nº 14.133/21.

Com o objetivo de identificar e padronizar os termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE/CONTRATADA, os quais visam a aquisição de material de consumo, fica estabelecido a adoção dos seguintes critérios:

- A entrega dos materiais (na quantidade determinada) deverá ser conforme agendamentos das cirurgias.
- A entrega dos materiais que necessitam de aparelho em comodato será em 7 (sete) dias antes da cirurgia.
- A entrega dos materiais que não necessitam de aparelho em comodato e esterilizados será em 48 horas antes da cirurgia.
- A empresa vencedora do certame deverá ser informada com antecedência de 15 (quinze) dias úteis à cirurgia.
- A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, em conformidade com as necessidades do órgão no seguinte endereço: Av: Duque de Caxias, 1.551, Vila Militar - Deodoro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21.615-220.
- No momento da entrega o material deve estar acondicionado adequadamente e na embalagem original.
- Não será aceito material com especificação diferente daquela ofertada e aceita na licitação.
- Em caso de divergência entre o descritivo do sistema e do Termo de Referência (TR) prevalecerá o do TR.
- Não será aceito produto com embalagem amassada, estufada, enferrujada, trincada, com furo ou vazamento, rasgadas, aberta ou com outro tipo de defeito.

Visando atender as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, do Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), deverá atender a seguinte especificação: Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento)

Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).

Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais que encontram reguladas pelas seguintes legislações:

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - Regulamento Técnico RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 - que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; e suas alterações. O item deverá conter na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, quando for o caso.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, segundo os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Informar para todos os insumos, juntamente com a proposta, o número de Registro do Produto emitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias dos equipamentos ofertados, em português.

O(s) item(ns) não informado(s) poderá(ão) ser considerado(s) como não atendido(s).

A solução consiste em contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento dos referidos insumos e medicamentos nas quantidades requisitadas durante o período de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual, podendo ou não ser empenhado o quantitativo total de cada item, de acordo com a demanda da OMS.

DO FORNECIMENTO CONTÍNUO:

Inicialmente, é relevante ressaltar o conceito de fornecimento contínuo, conforme estabelecido no inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021:

“XV - serviços e fornecimentos contínuos: englobam os serviços contratados e as compras realizadas pela Administração Pública, destinados a manter a atividade administrativa, decorrendo de necessidades permanentes ou de longa duração;”

Abordando esse tema, observa-se que o presente procedimento tem como objetivo a aquisição de materiais de OPMEs, destinados à utilização no Hospital Geral do Rio de Janeiro, que conduz licitações anualmente, com o propósito de garantir o suprimento desses medicamentos, enquadrando-se, assim, como fornecimento contínuo.

Adicionalmente, o art. 106 da Lei 14.133/2021 prevê:

"Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser , desde que prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."

Dessa forma, é evidente que permitir a opção de estender o contrato de fornecimento contínuo nos moldes do previsto no art. 106 e 107, da Lei 14.133/2021, proporcionará inúmeras vantagens no tocante à aquisição de medicamentos. Isso se traduzirá em redução nos encargos administrativos decorrentes da necessidade constante de renovação contratual, bem como diminuição da probabilidade de solução de continuidade.

É crucial destacar que tais materiais têm um impacto direto na qualidade da assistência médica prestada aos pacientes, tanto em ambulatorios quanto em casos de internação e recuperação intensiva. Além disso, para assegurar a excelência nas atividades de saúde, é imperativo manter a continuidade na aquisição desses insumos.

Em suma, a possibilidade de prorrogação oferece uma solução eficaz para garantir um suprimento estável e adequado desses medicamentos, contribuindo diretamente para a excelência no atendimento médico oferecido.

No caso de prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, os quantitativos serão renovados até o limite dos registrados originalmente.

Por fim, registra-se que a prorrogação do contrato de fornecimento contínuo é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas dos itens estão de acordo com as necessidades do Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ), conforme levantamento de necessidades realizadas para suprir demanda de 12 (doze) meses, por intermédio das diversas requisições do Centro cirúrgico deste Hospital e consolidados pelo Depósito de Material Cirúrgico.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 115.593,87

O valor estimado desta contratação corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 115.593,87** (cento e quinze mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação em tela deverá dividida por itens, tendo em vista a divisibilidade do objeto e a ausência de prejuízo em seu parcelamento. Ademais, pelo fato da aquisição tratar de materiais distintos, que não guardam relação uns com os outros, denota-se que o parcelamento do objeto não traz nenhum prejuízo para Administração Pública.

Justifica-se ainda, o parcelamento pois o HGeRJ por motivos diversos, tais como limitações de áreas para estoque e a demanda variável.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas/interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000310/2025

II) Data de publicação no PNCP: 13/05/2024

III) Id do item no PCA: 18

IV) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 160242-2/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição dos materiais, espera-se a continuidade da prestação dos serviços dos usuários do Fundo de Saúde do Exército no âmbito da 1ª Região Militar sem a necessidade de gerar encaminhamentos para clínicas particulares. Pretende-se, com a conclusão da aquisição, suprir a demanda de por um período de até 12 (doze) meses, mitigando, assim, a possibilidade de quebra/ruptura dos estoques, que ocasionariam na falta de atendimento, e principalmente dando celeridade ao andamento das filas de espera de pacientes que aguardam seu procedimento, priorizando os usuários com maiores necessidades e de acordo com protocolos clínicos.

13. Providências a serem Adotadas

1 Para garantir a clareza e a eficiência deste processo de contratação, as informações descritas aqui e no Termo de Referência, conterá as informações detalhadas sobre cada providência, como a descrição clara e objetiva do que será contratado, evitando ambiguidades, conterá também a razão pela qual a providência é necessária e como ela contribuirá para o alcance dos objetivos da organização, sendo estipulada a quantidade exata de cada item ou serviço a ser contratado, concomitantemente com as características técnicas e funcionais dos produtos ou serviços, incluindo padrões de qualidade e normas aplicáveis, o prazo máximo para a entrega dos produtos ou serviços, a forma de pagamento a ser utilizada, como à vista, parcelado ou através de outros mecanismos e os critérios que serão utilizados para avaliar as propostas das empresas interessadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes concomitantemente ao fato, de que este nosocômio, possui contrato firmado com empresa especializada em serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos hospitalares, firmado através de contrato nº06/2021, desta UASG 160323, cumprindo assim outros critérios de sustentabilidade, pensado desde a aquisição até a destinação final.

Após estudo Técnico, esta Comissão certifica que o objeto a ser adquirido está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável.

15. Justificativas Pontuais

Nesta seção, registram-se as justificativas para as decisões de planejamento que impactam a competitividade e a segurança jurídica da contratação:

Tratamento Diferenciado para ME/EPP

Não será adotado o tratamento diferenciado de exclusividade ou reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Tal decisão fundamenta-se no fato de o objeto ser um item único e indivisível, cuja natureza técnica exige o fornecimento integrado do veículo e seus equipamentos médicos, impossibilitando o parcelamento sem prejuízo à integridade e funcionalidade da solução.

Ademais, como o valor estimado da contratação ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00, a licitação seguirá o rito de ampla participação, visando garantir a máxima competitividade e a seleção de empresa com capacidade técnica e financeira compatível com a complexidade do objeto.

Justificativa dos Critérios de Habilitação (Técnica e Econômica)

- **Qualificação Técnica:** Justifica-se a exigência de atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento anterior de item compatível com o objeto da licitação. A medida é indispensável devido à complexidade da solução integrada (chassi e transformação hospitalar), garantindo que a empresa possua expertise para entregar um bem que atenda às normas da ANVISA e do CONTRAN.
- **Qualificação Econômico-Financeira:** Justifica-se a exigência de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado, bem como a apresentação de Balanço Patrimonial. Tal exigência visa mitigar o risco de inadimplemento, considerando o alto investimento inicial necessário para a aquisição e transformação da viatura, assegurando que a contratada disponha de saúde financeira para suportar a execução integral do objeto (Art. 69 da Lei nº 14.133/2021).

As exigências estão fundamentadas nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, observando também os dispositivos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e as boas práticas apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Justificativa para a não exigência de garantia da execução contratual

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual (caução, seguro-garantia ou fiança bancária) é faculdade da Administração e deve ser avaliada à luz da natureza do objeto e dos riscos envolvidos.

No caso em análise, embora o objeto possua complexidade técnica em sua transformação, o risco financeiro para a Administração é mitigado pelo fato de o pagamento ser realizado apenas após o recebimento definitivo do bem, devidamente emplacado e com todos os equipamentos testados e homologados. Além disso, a contratação já prevê a garantia técnica do fabricante e da transformadora para o veículo e equipamentos médicos.

Dessa forma, entende-se que a exigência de garantia da execução contratual não se mostra necessária nem proporcional, pois a sua dispensa amplia a competitividade, evitando custos financeiros adicionais às licitantes que poderiam ser repassados ao preço final da proposta.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição é imprescindível, mostrando-se viável por se tratar de aquisição de materiais a serem empregados no tratamento de pessoas, além da necessidade de realização de empenho por este hospital. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos clientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam dos materiais ora licitados.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CAROLINA DA CRUZ MELO DE CARVALHO

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 13:40:36.

JOICE NUNES DE ARAUJO MELLO

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 11:35:28.

EMERSON DOS SANTOS SANT ANNA

Membro da Comissão de Contratação



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 13:02:30.